

# UM HERDEIRO BASTARDO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE RACIAL NA USP E SUA INFLUÊNCIA NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE KABENGELE MUNANGA

VIVIANE ANGÉLICA SILVA

## RESUMO

Este trabalho considera alguns momentos da história de pesquisas sobre relações raciais na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo desde a sua fundação em 1934, primeiro na Sociologia, sobretudo com a chamada Escola Paulista de Sociologia e posteriormente na Antropologia. Com estas considerações, pretende-se situar institucionalmente a trajetória de Kabengele Munanga, cuja entrada no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) decorre de uma complexa linha de sucessão, dando sequência à uma tradição de estudos sobre relações raciais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, iniciada por Florestan Fernandes na Sociologia. Sendo assim, a proposta deste trabalho é compreender como essas heranças delineiam a carreira acadêmica de Kabengele Munanga, primeiro e único docente negro da disciplina na USP há mais de trinta anos. Trazer a experiência do professor Kabengele Munanga na USP mostra-se relevante para refletir sobre os dilemas na sua história de conciliações e conflitos com a universidade, no sentido de ser um intelectual negro amplamente reconhecido no país, sobretudo por segmentos que discutem relações raciais, porém ambivalente e à margem no seu departamento, no que diz respeito à vivência acadêmica cotidiana.

## PALAVRAS - CHAVE

Universidade de São Paulo, relações raciais, professor negro, Kabengele Munanga.

A fundação da Universidade de São Paulo, USP, em 1934, exigiu a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), concomitante ao decreto inaugural da universidade com o propósito de ser sua célula *mater*, o elo de integração científica e cultural da nova universidade. Para a composição do quadro docente, a contratação da missão estrangeira composta por professores recrutados em diversos países da Europa, sobretudo França, Alemanha e Itália foi a medida de ordem prática mais importante no sentido de assegurar que a universidade cultivasse todos os ramos do saber, a implantação de múltiplos pontos de vista e uma mentalidade pesquisadora (Antunha 1974).

O fazer acadêmico na recém-criada USP e na FFCL mais especificamente, foi se constituindo nas duas primeiras décadas segundo a tônica dos docentes que compuseram a missão estrangeira. Assim, dentre os “condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais” na FFCL pode-se destacar as regras e modelos da vida acadêmica europeia, em especial a francesa (Miceli 2001). Dado o pontapé inicial, a carreira acadêmica esteve invariavelmente condicionada ao doutorado, aos concursos de livre-docência e de conquista da cátedra. A cátedra, posto mais importante da carreira acadêmica que vigorou na USP entre os anos de 1934 a 1969, foram inicialmente ocupadas por docentes estrangeiros, mas à medida que os licenciados brasileiros foram se firmando no cenário acadêmico, passaram a ocupá-las. Durante quase duas décadas, duas cátedras de Sociologia protagonizaram na FFCL a instituição acadêmica da disciplina na USP,

durante sua vigência (1934-1969), na FFCL-USP, havia duas cátedras de Sociologia que polarizaram as disputas em torno das concepções de ensino e pesquisa (frequentemente misturadas às questões de ordem política) que deveriam orientar a constituição das ciências sociais nessa universidade. Os primeiros catedráticos foram Paul Arbousse-Bastide (primeira cadeira) e Lévi-Strauss (segunda). O confronto entre os dois em torno da organização do programa do curso teve como desfecho o afastamento de Lévi-Strauss, no final de 1937. Para seu lugar, foi contratado Roger Bastide, personagem central na FFCL-USP (e no cenário cultural paulista) até seu retorno à França, em 1954 (Jackson 2007:119).

A história da FFCL tem sido amplamente analisada. Porém, para os propósitos deste trabalho, interessa destacar a importância da chamada Escola Paulista de Sociologia, que nasceu no seio da recém-criada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Arruda (1995) considera o legado da chamada Escola Paulista de Sociologia a partir do grupo de sociólogos organizados em torno de Florestan Fernandes quando este assumiu a Cadeira de Sociologia I em 1954. Tanto do ponto de vista temático, quanto teórico este grupo de intelectuais se debruçou sobre questões que se aproximavam. Quando Florestan Fernandes torna-se catedrático, após o retorno de Roger Bastide à França, a

disciplina assume novas disposições intelectuais e acadêmicas. Para Pulici (2008), comparada à cadeira de Sociologia II essas novidades se traduzem em concepções de universidade marcadamente diferentes. Apesar da origem comum, sob a regência de mestres franceses, as duas Cadeiras seguiram tendências bem distintas, segundo a orientação de seus regentes brasileiros: Florestan Fernandes (no período de 1954-1963) e Fernando de Azevedo (1943-1963).

A Cadeira de Sociologia I foi a porta que se mostrou mais aberta a grupos marcados pela diferença, como mulheres e descendentes de famílias estrangeiras, cuja presença na universidade era indício de sua democratização. É possível encontrar nas duas cadeiras sociólogos de perfis sociais distintos, mas é na Cadeira de Sociologia I que estão “os grandes ‘oblatos’, ou seja, os intelectuais que devem tudo que são à Faculdade de Filosofia” (Pulici 2008: 143).

À frente da Cadeira I de Sociologia, Florestan Fernandes se empenhou na mesma tarefa que coube a Durkheim na França: “assentar as bases da Sociologia acadêmica” (Arruda 1995: 144). Orientado pela experiência francesa, enfatizou a teoria impondo novos padrões de concepção e transmissão das obras, criando o molde acadêmico de reflexão e rompendo com o passado. Diferentemente dos chamados “interpretes do Brasil”, mais preocupados com os “fundamentos da sociedade” brasileira, os “sociólogos paulistas buscam apreender as relações entre certos fenômenos e o contexto abrangente” (Arruda 1995:132). A Sociologia que se criava em São Paulo propunha a superação de uma produção ensaística, mais característica dos intérpretes, optando por novas regras e valores do cânone científico.

A obra *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, tese apresentada em 1964 para professor titular da cadeira de Sociologia I, é apontada por Arruda (1995) como um marco na trajetória intelectual de Florestan não apenas com relação aos estudos das relações raciais, mas também quanto ao amadurecimento do autor nas suas reflexões sobre a sociedade brasileira. Para Guimarães (2009) Florestan Fernandes teria cristalizado como propriamente brasileira a problemática sociológica das relações raciais. Embora não tenha sido o único na construção dessa nova agenda, chamou a atenção para o que havia de problemático no campo das relações raciais, o que antes era visto como solucionado em termos de democracia racial. Foi também muito bem sucedido ao propor uma agenda de pesquisa que considerasse tanto as aspirações dos intelectuais nacionalistas, quanto as reivindicações dos intelectuais negros, as aspirações por igualdade social e desenvolvimento. Dessa maneira, tal agenda transformou o estudo das relações raciais no Brasil nos anos cinquenta e sessenta.

Florestan não teria visto restrição à possibilidade de nomear como preconceito de cor as barreiras impostas aos homens e mulheres de cor, constatadas nas suas pesquisas. Na sua interpretação, tais discriminações só demonstravam o quanto o avanço da ordem social competitiva e a democracia eram obstruídos. Tal posicionamento o aproximou de

alguns militantes e intelectuais negros, ampliando o reconhecimento da sua obra, pois Florestan justificou em termos teóricos a existência do preconceito, apontando qual seria a função que desempenharia,

[...] o preconceito no Brasil seria uma reação das elites brancas (e não do povo) às novas relações sociais, próprias à ordem social competitiva. A potencialidade revolucionária dos negros estaria justamente em livrar a sociedade burguesa emergente das amarras e dos privilégios e das desigualdades da ordem patrimonial (Guimarães 2009: 92).

A revolução burguesa posta a cabo pelo “negro revoltado” completaria o serviço inacabado das novas elites brancas. A imperfeição da revolução burguesa seria a explicação para a persistência do passado, da ordem racial negada nas representações burguesas e reafirmada nos seus atos, cuja consequência era a transformação do ideal da democracia racial em um mito (Guimarães 2009: 93).

Apesar da inegável importância que desempenhou nesse debate, é necessário destacar que Florestan Fernandes não era o único sociólogo apontando os limites da revolução burguesa no Brasil, os processos de modernização e industrialização brasileiros e ainda propondo um projeto de Sociologia brasileira. Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo negro, baiano nascido em Santo Amaro da Purificação em 1915, que fez carreira intelectual no Rio de Janeiro e Estados Unidos, é um importante nome que figura nesse debate, levantando e delineando questões que se desdobraram no seio da Sociologia brasileira.

No que concerne aos estudos sobre relações raciais no Brasil, há uma grande e fundamental discordância entre os autores. Embora Guerreiro não tenha aplicado “seu rigor metodológico e sua perspectiva teórica na realização de uma pesquisa sobre o negro no Brasil” não deixou de fazer “críticas contundentes aos estudos produzidos sobre o tema, demarcando diversas vezes o seu descontentamento com o que estava sendo produzido”. (Figueiredo e Grosfogel 2007: 39). Crítico mordaz do fato de a vida do negro ser amplamente analisada por pesquisadores, na sua totalidade, brancos, na perspectiva do “problema do negro”, Guerreiro Ramos faz importante distinção entre “negro-tema” e “negro-vida”,

o negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da nacionalidade que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos 1995: 215).

A produção de Guerreiro Ramos pode afirmá-lo como um dos maiores sociólogos

do país, num momento de institucionalização da disciplina no Brasil. Pesquisas como a de Oliveira (1995) e Martins (2008) propõem analisar comparativamente as contribuições de Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes para a construção da Sociologia brasileira, ressaltando as contribuições de ambos. E diante da consagração de Florestan Fernandes como um dos fundadores da Sociologia na universidade brasileira, Figueiredo e Grosfogel (2007) chegam até mesmo a questionar: “Por que não Guerreiro Ramos?”

Embora a carreira intelectual de Guerreiro Ramos não tenha sido construída na USP, interessa destacar que foi construída também de forma tangencial à USP. A substancial comparação de sua obra à de Florestan Fernandes dá indícios suficientes disso. Há ainda outra questão que merece ser considerada: Guerreiro Ramos viveu mais de quinze anos nos Estados Unidos, onde faleceu em 1982. Sua carreira de docente universitário aconteceu lá, mas isso não lhe abriu as portas das universidades no Brasil, muito menos na Escola Paulista de Sociologia que se fez na USP, sob a batuta de Florestan Fernandes. Segundo Oliveira (1995) os dois estabeleceram discordâncias públicas a respeito de suas perspectivas analíticas. Ciente do não reconhecimento da academia brasileira, Guerreiro Ramos considerava-se um homem realizado, embora tenha encontrado mais espaço nos Estados Unidos do que no Brasil,

reconhecimento não é o caso. Eu sou uma pessoa considerada no Brasil. Eminente, membro da comunidade acadêmica da minha profissão. Sou uma pessoa de quem as pessoas falam, estou nos compêndios como um inovador, pacificamente. Hoje, a minha ascensão como teórico nos Estados Unidos é uma beleza. [...] Já visitei todas as grandes universidades americanas, p. Harvard, Berkeley, Stanford... Que universidades eu visitava antes? São Paulo não me deixava entrar... (Ramos apud Oliveira 1995: 176 [Grifos nossos]).

Por que retomar Guerreiro Ramos para considerar a trajetória acadêmica de Kabengele Munanga? É necessário pontuar que o sucesso do projeto de Sociologia acadêmica proposto por Florestan Fernandes, do qual Kabengele Munanga é herdeiro na Antropologia, foi disputado também por Guerreiro Ramos, importante intelectual negro e brasileiro. Contemporâneo de Florestan Fernandes no debate da institucionalização da Sociologia no Brasil, Guerreiro Ramos esteve interessado na sociologia de São Paulo. Mas nos anos de 1950 e 1960 aventurar-se nessa seara significou buscar guarida na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ou na Escola Livre de Sociologia e Política, instituições que foram profundamente marcadas pela atuação de Florestan Fernandes. Sendo públicas as desavenças entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, a possibilidade de Guerreiro Ramos entrar na FFCL ou na ELSP pode ter sido cerceada.

Assim, vale indicar uma consequência problemática dessa disputa: se por um lado o trabalho de Florestan Fernandes na institucionalização da Sociologia foi fundamental para o debate e a pesquisa no campo das relações raciais, abrindo algumas portas para

os intelectuais negros, por outro lado, durante o processo, outras portas podem ter sido fechadas para intelectuais negros. Ironicamente, as portas que Florestan Fernandes ajudou abrir posteriormente para Kabengele Munanga na Antropologia na USP estiveram fechadas para Guerreiro Ramos na Sociologia, seu contemporâneo e importante interlocutor. Obviamente não se trata aqui de desprezar toda a simpatia e solidariedade que Florestan Fernandes endereçou aos oprimidos, excluídos e desprivilegiados de toda ordem. É deveras conhecido que Florestan Fernandes nunca escondeu sua humilde origem social, fator que o fez sensível às desigualdades raciais brasileiras. Mas torna-se necessário encarar alguns dilemas e contradições inerentes ao fazer acadêmico, dos quais nem Florestan Fernandes passou incólume.

Seria interessante também considerar qual foi a relação que Florestan Fernandes estabeleceu com a parcela da população negra com quem trabalhou durante suas pesquisas. É fato que Florestan Fernandes reconheceu a importância dos ativistas negros para o conjunto de trabalhos que realizou ao longo da vida sobre a temática, o que está registrado em seus escritos,

a colaboração do negro e do mulato foi maciça: nos seminários contávamos com uma afluência média de 130 ou 150 pessoas. Nessa massa selecionamos intelectuais negros, para entrevistas em grupo focalizadas; mulheres com maior consciência do “problema negro”, para seminários e entrevistas focalizadas; e sujeitos para história de vida e entrevistas formais ou informais, de caráter pessoal. A colaboração do branco se deu através da assistência de um grande número de estudantes de sociologia da Universidade de São Paulo, de assistentes e auxiliares de ensino da cadeira de Sociologia I, e de pessoas que ocupavam posições-chaves em diversos tipos de instituições, através das quais as “linhas de cor” definiam sua vitalidade e funções, selecionadas para entrevistas formais e informais (Fernandes 2010:98).

Florestan Fernandes define os sujeitos que colaboraram com sua pesquisa em termos raciais como negros, mulatos e brancos. No grupo dos negros e mulatos estão os intelectuais negros (homens) e mulheres com consciência do “problema negro”. No grupo dos brancos estão sociólogos e pessoas de diversas instituições em posições chave. Apesar de nomear alguns homens negros como intelectuais, Florestan Fernandes estava falando de negros ativistas, literatos, jornalistas e de setores médios negros e não de acadêmicos negros. Além disso, as mulheres negras parecem estar fora da classificação de intelectuais. Desse modo, é possível perceber que o diálogo com intelectuais negros que interessava a Florestan Fernandes parece ser mais com aqueles que estavam fora da

universidade brasileira, ainda que possuíssem formação superior<sup>1</sup>. No que diz respeito ao intelectual negro da academia, a exemplo de Guerreiro Ramos, com quem Florestan Fernandes poderia dialogar enquanto sociólogo e pesquisador, a relação não se efetivou.

Interessante ressaltar que Guerreiro Ramos não era o único intelectual negro no campo das ciências sociais apto à docência na USP desde os anos 1950 e dela ausente, pois além dele havia, por exemplo, Virgínia Leone Bicudo<sup>2</sup>. A questão que fica é por que somente a partir dos anos 1980, com Kabengele Munanga e posteriormente Milton Santos, torna-se possível a presença de docentes negros na Faculdade de Filosofia da USP? O próximo tópico desse trabalho propõe analisar a entrada de Kabengele Munanga na Faculdade desde a condição de aluno, considerando o contexto de pesquisas sobre relações raciais na Sociologia e na Antropologia, sobretudo a inflexão da temática racial na Sociologia 'uspiana'. Antes, de considerar mais a fundo a trajetória acadêmica de Kabengele Munanga, faz-se necessário indicar como se deu o processo de declínio do interesse pelo debate racial na Sociologia 'uspiana' para entendermos o modo como a Antropologia acolhe a temática.

Analisando a trajetória da pesquisa na Sociologia na USP, Arruda (1994) indica que no decorrer da década de 1950 prevaleceu uma vertente de investigações focada nos estudos sobre relações raciais, a partir do projeto de Florestan Fernandes e seu professor francês, Roger Bastide. Em torno das questões referentes ao negro, Florestan orientou uma série de importantes trabalhos, de autores tais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Juarez Rubens Brandão Lopes,

1 A natureza das relações estabelecidas entre pesquisadores da academia paulista e setores negros é também analisada por Silva (2011) que indica que houve "ligação que congrega interesses analíticos e políticos, postura ética, método científico e trajetórias particulares que permite, em São Paulo, o decisivo sucesso da pesquisa sobre as relações sociais racializadas, fazendo dela um marco da Sociologia Brasileira" (Medeiros 2011:153). De modo que em São Paulo, o "encontro na encruzilhada social" entre ativistas negros e pesquisadores "foi promissor" (*Ibidem*), a despeito de algumas distâncias que persistiram, tais como o lugar dos pesquisadores (brancos) e o dos sujeitos (negros). Essa distância chegou a ser questionada por um sujeito da pesquisa, o doutor Edgar Santana, que não queria ser apenas um "pesquisado", pois tinha condições de ser "pesquisador" também (Leite e Cuti 1992:153).

2 O modo como Florestan Fernandes estabeleceu diálogos com pesquisadores negros que lhe foram contemporâneos aponta para questões intrigantes no que diz respeito ao campo de disputas em São Paulo. Analisando a trajetória da professora Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), Damasceno (2010) indica que Virgínia foi a primeira mulher negra no país a receber um título de pós-graduação em Sociologia, em 1945. O mestrado e o doutorado de Virgínia, ambos realizados na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), foram também os primeiros trabalhos de pós-graduação defendidos no país tematizando as relações raciais brasileiras. Nos seus trabalhos de mestrado e doutorado, Virgínia formulou interpretações sobre as relações raciais no Brasil, de modo que ela "antecipou as conclusões de Florestan Fernandes com quem iria trabalhar anos mais tarde no Projeto UNESCO em São Paulo." (Damasceno 2010: 1). Quanto à participação de Virgínia, no projeto UNESCO, Jackson (2007) e Damasceno (2010) apontam para um fato interessante: A primeira publicação do relatório do projeto UNESCO, em 1955, intitulado *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*, trouxe o conjunto completo das pesquisas produzidas pela equipe formada por Roger Bastide, Florestan Fernandes, Virgínia Bicudo, Oracy Nogueira e Aniela Ginsberg. Na reedição do relatório, publicado em 1958, com o título de *Branco e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, os trabalhos de Virgínia Bicudo, Oracy Nogueira e Aniela Ginsberg são excluídos, restando apenas os de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Embora não seja tema para esse trabalho, analisar o modo como Florestan Fernandes dialogou com essa importante e intelectual negra em São Paulo é de suma importância.

trabalhos estes defendidos até a primeira metade da década de 1960. No entanto, nesta década já despontavam outras características que marcaram a produção dessa segunda geração de sociólogos na USP, apesar de algumas persistências. Arruda (1994) indica que o forte registro dessa segunda geração de sociólogos diz respeito à preocupação em torno da mudança social e da estruturação da sociedade de classes. Dentre os fatores possíveis para explicar o declínio do interesse pela questão na chamada Escola de Sociologia Paulista, que revolucionara os estudos sobre o assunto, estão,

Roger Bastide retornara à França; Florestan Fernandes, o grande líder da escola, após o término de sua tese (que levava vinte anos para ser concluída), não aceitava nem mesmo orientar pesquisas sobre a questão; e seus assistentes — Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso —, depois de suas respectivas pesquisas sobre a Região Sul do país, também se desinteressaram do tema. Todos pareciam tomados pelos “grandes dilemas e desafios” da sociedade brasileira, p. classes trabalhadoras, revisão da educação formal, industrialização, urbanização... Dentro dessa perspectiva “macro” o interesse pelo negro (ou acerca do preconceito), quando existia, parecia residual e subsumido a um problema maior explicado pelo conflito social, político e intraclasses (Schwarcz 2006: 171).

Verifica-se, sobretudo a partir da década de 1970 um recuo das pesquisas clássicas da Sociologia uspiana referentes à temática racial e a emergência de novos movimentos acadêmicos e políticos. Nesse contexto outros estudos ganham vulto fora da USP, como os de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva ou mesmo os de João Batista Borges Pereira na Antropologia da USP, oferecendo releituras das teses da sociologia clássica. De um modo geral, ao final da década de 1970, pouco se escrevia ou publicava sobre relações raciais no país. Segundo Hasenbalg (1998) a Sociologia das relações raciais era um tema marginal no cenário das ciências sociais,

há vinte anos, eram muito poucas as pessoas trabalhando esse tema. Eu tive medo de publicar o meu livro em 1979. Dez anos antes, Florestan Fernandes tinha sido expulso da USP, aposentado compulsoriamente. Durante esse período, não se falou nada no país sobre relações raciais. Depois que Florestan publicou “A integração do negro na sociedade de classes”, em 1965, e, em 72, “O negro no mundo dos brancos”, a produção na ótica sociológica era ínfima, e as condições políticas não eram propícias. A Antropologia, sim, continuou estudando o *candomblé*, a *umbanda*, que não eram coisas tão ‘perigosas’ (Hasenbalg 1998: 36).

Assim, o recuo das pesquisas sobre a temática racial na Sociologia da USP não significou o desaparecimento do tema na universidade, havendo uma migração para a Antropologia e mudanças de enfoque. O próximo tópico desse trabalho pretende retomar aspectos da história da Antropologia na USP para melhor compreensão dessa dinâmica.

Com isso, busca-se também entender como a discussão racial no interior da Antropologia possibilitou a emergência da figura do professor Kabengele Munanga, intelectual negro cuja trajetória é o ensejo desse trabalho.

#### SOBRE A ANTROPOLOGIA NA USP: A EMERGÊNCIA DE NOVOS ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR KABENGELE MUNANGA

A Antropologia na USP existe como disciplina ministrada de modo intermitente desde 1936, e passa a ser lecionada obrigatoriamente nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História a partir de 1941. A história da institucionalização da disciplina, conforme assinala João Batista Borges Pereira (1994), destaca o nome de dois professores: Emilio Willems e Egon Shaden. O primeiro era imigrante alemão formado em Economia na Alemanha e que chega à USP pelas mãos de Fernando de Azevedo. Sob a condução de Willems a Antropologia torna-se disciplina obrigatória em 1941 e em 1947 é instituída a especialização em Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Em 1948 a Antropologia, além de disciplina obrigatória passa a ser a Cadeira de número quarenta e nove. Tendo Florestan Fernandes como um de seus assistentes, Willems realiza o primeiro estudo de comunidade no Brasil. Mas seu primeiro assistente foi Egon Shaden, neto de alemães de Santa Catarina, diplomado em Filosofia e que ao assumir a Cadeira de número quarenta e nove em 1950 a amplia e fortalece institucionalmente.

A existência paralela da Cadeira de Etnografia do Brasil e Língua Tupi-Guarani, sob a regência de Plínio Ayrosa, cerceava as possibilidades de afirmação integral da Antropologia como área do saber. Com a morte de Ayrosa, Shaden consegue superar a dualidade institucional e “a resistência da área da Sociologia, liderada por Florestan Fernandes, que pretendia trazer Herbert Baldus, do Museu Paulista, para reger a cadeira de Etnografia” (Pereira 1994: 252). Em suma, Shaden promoveu a criação da Cadeira de Antropologia ao incorporar definitivamente as disciplinas de Etnografia e Etnologia, concomitante à criação da cadeira de Línguas Indígenas do Brasil no setor de Letras da Faculdade de Filosofia.

Considerando que a natureza do saber antropológico é configurada pela natureza “de seus objetos reais”, a qual predomina sobre o recorte teórico, duas vertentes ordenaram a agenda de trabalho da disciplina: “a etnologia indígena e a Antropologia da sociedade nacional, mais conhecida, no caso das populações negras, pela rubrica de ‘questão racial’” (Schwarcz 1999: 272). A discussão racial nesse campo do saber *do e no* Brasil teria seus primórdios associado a Nina Rodrigues, “um de nossos primeiros antropólogos *avant la lettre* com seu trabalho sobre os *Africanos no Brasil*” (Schwarcz 1999: 73). Outros importantes autores calçaram a trilha da discussão racial na disciplina, mesmo antes de sua institucionalização. É nessa chave que também podem ser compreendidos os

trabalhos de Gilberto Freyre, M. Herskovits, Donald Pierson e Charles Wagley. O campo da Antropologia era delineado também com os estudos na área de etnologia realizados por pesquisadores do porte de “Eduardo Galvão (1949), Darcy Ribeiro (1950), Florestan Fernandes (1949, 1952)” (Schwarcz 1999: 279).

Desde meados da década de 1950 é possível perceber certos redirecionamentos nos estudos sobre o negro na Antropologia. Críticas como as de Sérgio Buarque de Holanda e de Edson Carneiro e a influência dos estudos da UNESCO foram fundamentais para que o negro deixasse “de ser visto como um objeto exótico, como dizia Sérgio Buarque de Holanda, e passou a ser encarado como velho cidadão do país que era, como dizia Édson Carneiro, passando também da esfera da Antropologia (cultural) para a esfera da Sociologia” (Corrêa 2011: 210). Num contexto onde coexistiam interpretações que, de um lado apresentavam a ideia de um Brasil como “modelo de convivência racial” e de outro, interpretações que procuravam evidenciar as desigualdades nas relações raciais estabelecidas, (Schwarcz 1999: 279), uma série de pesquisas foi mobilizada no âmbito da UNESCO<sup>3</sup> que teve também desdobramentos em novas pesquisas na Cadeira de Sociologia I da USP.

Assim, assiste-se a uma guinada na discussão com as proposições da chamada Escola Paulista de Sociologia, cujas bases teóricas sustentavam essa inovação: “em lugar das análises culturalistas, as visadas sociológicas” (Schwarcz 1999: 282). O enfoque sociológico nas relações entre negros e brancos após o regime escravocrata ganha novo estatuto, ao passo que há mudanças nas etnografias que privilegiavam até então as análises das influências africanas sobre as populações negras e importantes questões surgem em relação às análises dos cultos afros. Assim,

as críticas à Antropologia, partindo de argumentos de natureza sociológica, surgem já a partir do início dos anos quarenta, com Sérgio Buarque de Holanda, que problematiza a oportunidade dos estudos afro-brasileiros da assim chamada escola Nina Rodrigues, que nesse contexto tinha em Arthur Ramos sua figura de proa. Além dele, Guerreiro Ramos, no final dos anos quarenta (já militante do Teatro Experimental do Negro), retoma o debate que se radicaliza nos anos cinquenta, com as críticas aos estudos de comunidade. Por sua vez, Florestan Fernandes, ainda nos anos cinquenta, questionará o estatuto de ciência social do “folclore”, o que significava, de alguma maneira, uma investida contra a própria Antropologia (Schwarcz 1999: 283-284).

<sup>3</sup> Era um momento no qual o mundo acabava de vivenciar os horrores da segunda guerra mundial e a possibilidade de uma democracia racial soava como alento. Sobre o projeto UNESCO ver Marcos Chor Maio: A História do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil (1997).

A partir dos anos 1960 a Antropologia esteve associada a representações mais conservadoras, em função do enfoque que privilegiava a harmonia e o equilíbrio da seleção dos objetos que pareciam pouco relevantes no debate nacional; ao passo que a Sociologia esteve mais alinhada à ideia de disciplina politicamente mais comprometida, devido à desconstrução da noção de raça e o investimento no conceito de classe. “À Antropologia corresponderia, grosso modo, a estrutura, enquanto à Sociologia, a mudança.” (Schwarz 1999: 284). Apesar disso, aconteceu importante continuidade das pesquisas sobre relações raciais na USP no âmbito da Antropologia.

Nos anos 1980, Borges Pereira (1981b) propõe um balanço sobre os estudos das populações negras feitos na USP nos cursos de Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas, indicando que tais investigações eram desenvolvidas na Antropologia. Quando acontecia na Sociologia, era em grande parte obra de pesquisadores ligados à Antropologia, ou que estavam na Sociologia por questões de ordem burocrática. Na Ciência Política, naquele momento, não aponta nenhum trabalho preocupado com o tema. O autor agrupa esses estudos sobre o negro na Antropologia da USP em quatro conjuntos: “1) o negro e a comunicação; 2) o negro em contexto religioso; 3) o negro no sistema de relações raciais; 4) o negro em condições de vida rural.” (Pereira 1981b: 64). Para o autor, tais trabalhos, apesar de pretender leituras críticas, são herdeiros e de alguma maneira dão sequência às pesquisas desenvolvidas pela Sociologia uspiana. Peirano (1999) endossa essa ideia de certa continuidade entre a Sociologia e a Antropologia ao lembrar que o então estudante João Baptista Borges Pereira apresentou um projeto de pesquisa de doutorado sobre o negro a Florestan Fernandes, que não aceitou orientá-lo. Ou nas palavras de Borges Pereira (2003):

Eu mesmo tive um desacordo com Florestan Fernandes que reflete esse instante de transição temática. Quando lhe entreguei meu projeto de doutorado, ele me falou que não orientava mais teses sobre o negro, pois tudo o que tinha de se escrever, já fora escrito (Pereira 2003: 324).

A recusa de Florestan Fernandes levou João Baptista a buscar a orientação de Egon Shaden, configurando a criação de uma sublinhagem, pois João Baptista encontrou na Antropologia, um orientador para uma pesquisa, cuja realização na Sociologia era plausível também. No entanto vale ressaltar que o próprio Egon Shaden, que ocupou a cadeira de Antropologia da USP entre os anos de 1949 e 1967, considerou que “nunca chegou a esboçar-se, *felizmente*, na Universidade de São Paulo, algo que pudesse denominar-se uma ‘escola antropológica paulista’” [ênfase da autora] (Shaden 1984: 254 apud Peirano 2000: 220). Era um momento em que a Antropologia parecia pouco atraente. Borges Pereira conta que quando fora convidado por Shaden para ser seu assistente, Florestan Fernandes teve a seguinte reação,

pois Florestan ficou indignado, disse que era um prejuízo, uma perda des-

perdiçar meu talento com uma disciplina politicamente alienada. Quer dizer, nesse período da vida nacional, não havia mesmo o menor estímulo para a carreira em Antropologia (Pereira 2003: 338).

Com o retorno de Shaden à Alemanha e a morte de Gioconda Mussolini que seria a sucessora mais provável, Borges Pereira assume a cátedra de Antropologia por dois anos e meio, e depois da reforma no ensino superior de 1968 que instituiu os departamentos no lugar das cátedras, continuou como professor livre docente. Considerando que a Antropologia estava em pleno processo de configuração institucional<sup>4</sup>, Borges Pereira herdou vários desafios impostos à disciplina naquela ocasião: além de assumir os orientandos de Shaden e a *Revista de Antropologia*, com todas as dificuldades inerentes à manutenção inicial deste periódico, ele e seu pessoal criaram a primeira pós-graduação brasileira em Antropologia (Pereira 2003: 327-328). Como era de se esperar, Borges Pereira constituiu também seu próprio conjunto de orientandos. Dentre eles, estava o então estudante Kabengele Munanga, que em 1975 chega à universidade para fazer seu doutorado; num contexto de ambiguidades da Antropologia, uma disciplina que era vista como alienada, mas que ao mesmo tempo herdava uma tradição de pesquisas sobre relações raciais na USP.

Embora os trabalhos pretendessem criticar o legado, são descendentes e de certa forma continuadores da tradição sociológica paulista “que propunham ver o negro basicamente como problema social, a partir do diagnóstico científico de suas condições de vida” (Pereira 1981b: 71). Esses estudos socioantropológicos procurariam preservar e mesmo cultivar a “denúncia” que foi uma das marcas revolucionárias da Escola Paulista de Sociologia (Pereira 1981b: 71-72). No entanto, emerge o seguinte questionamento,

mas até que ponto um estudioso branco, mesmo treinado para tal, consegue se colocar no lugar do outro, quando o outro é um negro? Esta interrogação traz consigo a certeza de que será altamente frutífera para a compreensão mais justa do problema do negro no Brasil a ascensão do intelectual preto à cena da pesquisa e reflexões críticas (Pereira 1981b: 72).

Interessante observar que Guerreiro Ramos, ao propor a distinção entre

4 Em entrevista publicada em 2003 Borges Pereira conta que o núcleo de Antropologia na USP era bem reduzido: “Na USP, até 1964, só havia o Egon Schaden e a Gioconda Mussolini, que contavam com a colaboração de dois instrutores voluntários: Ruth Cardoso e Eunice Ribeiro Durham. A partir da metade da década de 1960, vindo da UNESP, chegaram Amadeu Lanna e eu. Juntando-se a nós na mesma época, vieram Thekla Hartmann, Renate Viertler e Hunaldo Beiker. Depois vieram Lux Vidal, Renato Queiroz, Carlos Serrano, Aracy Lopes e Sylvia Caiuby Novaes. E assim o grupo foi sendo ampliado até chegar ao que é atualmente.” (Borges Pereira 2003: 320-321)

“negro-tema” e “negro-vida” e problematizar a tradição de estudos sobre relações raciais que entendiam o negro como problema nos anos 1950, apontava também para os limites dos trabalhos sobre a temática sem a participação de pesquisadores negros. No âmbito da Faculdade de Filosofia da USP, João Baptista Borges Pereira, um pesquisador branco, na década de 1980 reconheceu esse problema. Ele assistiu na década de 1970 a chegada de pelo menos dois estudantes e pesquisadores negros na Faculdade De Filosofia da USP: Kabengele Munanga, seu orientando e Eduardo de Oliveira e Oliveira, sociólogo. A trajetória do professor Kabengele será melhor considerada pois dá ensejo a esse trabalho, quanto à passagem de Eduardo de Oliveira, há pouca informação biográfica disponível. Eduardo de Oliveira foi aluno da Faculdade nos anos de 1970, tendo sido contemporâneo e amigo de José de Souza Martins na USP (e é baseada nas informações deste professor do Departamento de Sociologia da USP que Grin (2002) faz breves considerações sobre a vida acadêmica de Eduardo de Oliveira e Oliveira). Chegou a ser professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no interior do estado de São Paulo. Seu trabalho mais relevante é intitulado: *O mulato: um obstáculo epistemológico*, publicado em 1974. Suicidou-se em 1980,

São Paulo, 1980. O sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, “mulato e brasileiro”, é encontrado morto em seu apartamento em completo estado de inanição autoinfligida. Reconhecido pelos seus colegas como talentoso e polêmico, Eduardo de Oliveira e Oliveira deixou pouco material escrito, uma peça de teatro encenada e morreu praticamente desconhecido (Grin 2002: 204).

O nome do professor Eduardo de Oliveira, que fez sua carreira docente na UFSCAR vem à tona apenas para registrar sua passagem como aluno pelo departamento de Sociologia, um negro que conheceu dentro da instituição a importância da Escola Paulista de Sociologia. Apesar disso, ficam alguns questionamentos: embora seja um nome conhecido na militância do movimento negro, por que há pouca informação disponível a seu respeito? Se seu texto supracitado é a sua produção mais conhecida, qual é o conhecimento sobre seu trabalho de pós-graduação? Que projeto de pesquisa empreendeu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)<sup>5</sup>?

Sem respostas satisfatórias para essas indagações, segue-se com considerações mais detalhadas sobre a trajetória do professor Kabengele Munanga, nascido na atual República Democrática do Congo, e que desde os anos 1980 tem sido uma voz negra solitária no Departamento de Antropologia da USP. Trazer a experiência do professor

5 No catálogo da produção intelectual sobre escravidão e relações raciais feitas no Brasil entre os anos 1970 a 1990 Barcelos et. al (1991) registra a produção de Eduardo de Oliveira e Oliveira. São listados mais dois textos além do *O Mulato: um obstáculo epistemológico*, que são: *Movimentos Políticos do Início do Século XX no Brasil e nos Estados Unidos e Etnia e Compromisso Cultural*. Ambos apresentados no Grupo de Trabalhos André Rebouças no âmbito da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Brasileira ocorrida na Universidade Federal Fluminense em 1976.

Kabengele na USP pode ser útil para refletir sobre os dilemas raciais na sua história de conflitos com a universidade, tanto como intelectual negro — amplamente reconhecido no país, sobretudo por segmentos que discutem relações raciais — quanto no exercício de acadêmico, na condição de professor de Antropologia na USP.

Kabengele Munanga chegou à USP em 1975, a partir de convênio entre USP e Itamaraty com as universidades africanas. Em 1969 graduou-se em Antropologia Cultural Africana, na Université Officielle Du Congo à Lubumbashi. Passados quatro anos do processo de independência do país, começou seu doutorado na Universidade de Louvain, Bélgica, nas Ciências Políticas. Por questões políticas (parte da sua família fazia oposição ao regime político no Congo, num contexto de ditadura militar) teve a sua bolsa suspensa, interrompendo sua formação. Por alguns anos esteve na Bélgica como professor assistente auxiliar e foi nessa ocasião que conheceu o professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, fundador do Centro de Estudos Africanos da USP, que estava em missão oficial para estabelecer relações de cooperação entre a Universidade de São Paulo, o Itamaraty e as universidades africanas. Após aceitar o convite do professor Mourão, conseguiu bolsa de estudos para vir para a USP. Como sua pesquisa estava bastante adiantada, pôde concluir o doutorado em apenas dois anos. Em entrevista ao Jornal Ìrohìn<sup>6</sup>, o professor Kabengele conta que na sua recepção não teve grandes problemas,

[...] mas era aquela coisa, p. todo mundo se aproximando, querendo saber se já caeei um leão, se tem televisão na África, se tem estradas. Muitos compreendiam África como se fosse um país ou uma aldeia, ou coisa assim, como sempre. Não mudou grande coisa. Então não tinha nenhum problema. Tinha aquelas ideias pré-concebidas sobre a África.

O professor Kabengele Munanga diz que na sua vivência no Brasil não se deparou com o preconceito à primeira vista, mas que aos poucos foi ficando cada vez mais nítido quais os destinos possíveis ao negro no Brasil, conforme indica em entrevista concedida a esse trabalho<sup>7</sup>,

não se depara com o preconceito à primeira vista, logo que sai do aeroporto. Essas coisas vêm pouco a pouco, quando se começa a descobrir que você entra em alguns lugares e percebe que é único, que te olham e já sabem que não é daqui, que não é como “nossos negros”, é diferente. Poderia dizer que esse estranhamento é por ser estrangeiro, mas essa comparação na verdade é feita em relação aos negros da

6 Entrevista concedida por Kabengele Munanga no dia 10 de setembro de 2006 ao Jornal Ìrohìn: “Sem Pai-xão a gente não faz nada”. Disponível em: <<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/DemocraciaRacial/mensagem/2524>> Acesso em: 06/02/2011

7 Entrevista que realizei com o professor Kabengele Munanga no dia 25/04/2011, para minha pesquisa de doutorado em andamento.

terra, que não entram em alguns lugares ou não entram de cabeça erguida. Depois, com o tempo, na academia, fiz disciplinas em Antropologia e alguns de meus professores eram especialistas na questão racial. Foi através da academia, da literatura, que comecei a descobrir que havia problemas no país. Uma das primeiras aulas que fiz foi em 1975, 1976, já era uma disciplina sobre a questão racial com meu orientador João Baptista Borges Pereira. Depois, com o tempo, você vai entrar em algum lugar em que está sozinho e se pergunta: onde estão os outros?

Em entrevista publicada em 2013 pela *Revista de Antropologia* da USP, Kabengele Munanga ressaltava o fato de que a convivência com negros brasileiros não aconteceu de modo imediato, porque a vida acadêmica na USP era marcadamente branca,

quem fazia parte do nosso cotidiano, começando pelo desembarque no aeroporto e passando pelo CRUSP, pelos professores, pelas salas de aula e bibliotecas não eram negros e mestiços. Daí a primeira dificuldade para observar o tipo de relação que se estabelecia entre colegas brancos e negros brasileiros, porque estes últimos não circulavam na universidade. Nós, enquanto estrangeiros vindos da África e vivendo num meio universitário quase exclusivamente branco, éramos tratados com uma afabilidade curiosa (Munanga apud Jaime e Lima 2013: 534).

Para Kabengele Munanga, sua presença suscitava um estranhamento que possuía ares de ignorância e preconceito sobre a África e seu corpo negro, cuja geografia marcava uma diferença no cotidiano da Faculdade. O estranhamento parece ter sido mútuo. Se por um lado *o homem que veio do Zaire*<sup>8</sup> parece ter provocado deslocamentos nas percepções de discentes e/ou docentes na USP, por outro, esse intelectual negro e africano problematiza as expectativas tecidas a respeito do negro no Brasil. Durante a sua formação na USP, Kabengele Munanga descobriu que existia outra África no Brasil e que apesar de tudo o que a universidade já havia pesquisado sobre afro-brasileiros havia um espaço no qual ele poderia trazer contribuições necessárias a partir de um olhar negro e estrangeiro (Jaime e Lima 2013:532).

O professor Kabengele Munanga ingressou no curso de Ciências Sociais na Universidade Oficial do Congo em 1964, onde dois anos depois são criadas as formações em Antropologia e Linguística Africana sendo que apenas um discente fez opção pela Antropologia; na ocasião, o aluno atendia pelo nome de Kabengele Crispim, hoje conhecido como Kabengele Munanga. Escolher cursar Antropologia no Congo na década de 1960 era também encarar a fama de alienação e conservadorismo que a disciplina carregava. O Kabengele aluno fez a opção pela Antropologia muito ciente da história e dos problemas que a disciplina possuía,

<sup>8</sup> Título do texto de “boas vindas” que um jornal do MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia, da USP) fez em 1977, a respeito do então estudante Kabengele Munanga.

ninguém, fora eu, queria fazer Antropologia, porque todos os meus colegas da época tinham a informação de que a Antropologia era uma disciplina que se colocou a serviço da colonização para justificar a inferioridade do negro. De que adiantaria uma ciência considerada colonial no contexto das independências? Havia certamente uma confusão entre a antropologia cultural e a antropologia física (cuja participação na construção e disseminação de teorias racialistas era inegável). Eu, um “louco”, como alguns de meus colegas e amigos consideravam, encarei o desafio, porque através da disciplina de Introdução à Antropologia, ministrada pelo professor Ferdinand Ngoma, doutor em Sociologia pela Sorbonne e, aliás, o único professor negro (congolês) na Universidade Oficial do Congo, já tinha certo discernimento entre a antropologia física e a antropologia cultural. Fechei os ouvidos às bobagens racistas que eram faladas, tais como “Os cursos de ciências sociais, em especial a antropologia, ajudam os negros a entenderem porque são inferiores aos brancos”, e segui em frente (Munanga apud Jaime e Lima 2013: 516-517).

Um debate que o professor Kabengele Munanga assumiu durante a sua trajetória acadêmica refere-se à problematização da colonização no mundo das ciências. Ele tem ressaltado a importância de situar quem faz e onde o conhecimento acontece. No que diz respeito a quem produz, Kabengele tem refutado a pretensa neutralidade racial no campo científico. No que diz respeito ao onde, ou seja, às instituições acadêmicas, é interessante observar que embora a academia brasileira possa em algum momento ter desqualificado alguns lugares e sujeitos do saber, menos frequentemente problematiza sua posição nesse universo. A trajetória de Kabengele traz elementos que também apontam nessa direção: Quando Kabengele escolheu cursar o doutorado no Brasil, foi novamente taxado de louco, mas dessa vez em função das desconfianças a respeito do tipo de Antropologia que era feita num país famoso mais pelo carnaval e futebol e menos pelas credenciais científicas: “Você é louco! Em vez de esperar outra oportunidade para ir para a Europa ou para os Estados Unidos, vai para o Brasil, um país de carnaval, samba e futebol! Que antropologia você vai estudar naquele país?” (Munanga apud Jaime; Lima, 2013: 525). Sem negar que parte da sua formação foi feita no continente europeu, Kabengele admite também que foi positivamente surpreendido quando se deparou com o nível de qualidade da USP,

outra coisa também foi marcante para mim, p. o grande desenvolvimento das ciências sociais e da antropologia na USP me deixa sem complexo de inferioridade comparativamente aos colegas que estudaram nas universidades ocidentais. Apresento-me em qualquer lugar do mundo por onde passo, com a cabeça erguida, como Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo! (Munanga apud Jaime e Lima 2013: 525-526).

A narrativa de Kabengele Munanga permite compreender que ele reconhece a importância que seu orientador, João Baptista teve ao apresentar-lhe os clássicos estudos desenvolvidos pela Escola Paulista de Sociologia sobre as relações raciais brasileiras. Além disso, a USP é entendida como fundamental no seu processo de formação antropológica, de mudança epistemológica, e de construção de novos olhares sobre a África e sobre o negro. (Jaime e Lima 2013: 526).

A ambivalente condição de ser estrangeiro e negro pode ser percebida também na trajetória de suas preocupações acadêmicas. Sua tese de doutorado intitulada *Os Basanga de Shaba (Zaire) - Aspectos socioeconômicos e político-religiosos*, defendida em 1977, demonstra vinculação explícita com seu país de origem, fazendo desse Kabengele Munanga um pesquisador africano de passagem pelo Brasil. Após a defesa do doutorado a intenção de Kabengele Munanga era voltar para o Congo e continuar sua vida acadêmica no seu país de origem, porém mais uma vez as condições políticas frustraram seus intentos, conforme relata em entrevista concedida para este trabalho,

[...] quando me formei em 77, voltei para o Congo para integrar minha universidade, para prestar serviço ao meu país, mas como lhe falei a conjuntura política de ditadura militar, questões sérias políticas, eu acabei abandonando meu emprego, fui desertor mesmo e voltei ao Brasil. Tive um contrato como professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no programa de mestrado em Ciências Sociais. Então atuei naquela universidade de setenta e nove a oitenta.

Interessante observar que quando retorna ao Brasil o professor Kabengele Munanga, que no doutorado pesquisou sobre arte africana, apresentou já na Universidade do Rio Grande do Norte projeto de pesquisa sobre a realidade do negro brasileiro. Quando prestou concurso na USP, concorreu à vaga do professor José Mariano Carneiro da Cunha, do Museu de Arqueologia e Etnologia, que pesquisava arte africana e brasileira. E mesmo para ingresso como docente na USP, em 1981, apresentou projeto de pesquisa sobre o negro brasileiro. Assim relata sua história de envolvimento com a questão,

então foi esse o processo, começar a trabalhar sobre a questão do negro desde que entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Então foi o meu primeiro projeto de pesquisa, eu continuei nessa área até agora. [...] Não entrei no meu projeto de engajamento com a USP com um projeto sobre a África. Então essas pessoas não acompanharam, essas pessoas estavam dormindo e quando abriram os olhos eu já estava na USP sentado. Muitos perguntam como eu entrei, então essa análise do que eles esperavam que eu ia porque... Muitos não acompanharam meu processo, estava na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando faleceu José Mariano Carneiro da Cunha, do Museu de Arqueologia, me ligam dizendo que meu processo já estava correndo para trabalhar no Museu como pesquisador junto com Mariano. Mariano faleceu, você tem que entrar no lugar dele, só que precisa entrar com um projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa com o qual entrei, não

era um projeto sobre a África, era um projeto sobre o negro no Brasil. [...] Foi um concurso tranquilo, porque naquela época, tinha pouca gente que trabalhava com África [...] eu concorri nessa área e não tinha outra pessoa que tivesse conhecimento sobre a arte africana e então era uma entrada fácil.

Avaliando algumas consequências do seu envolvimento com questões raciais brasileiras, o professor Kabengele Munanga aponta a emergência de conflitos na universidade e no diálogo com alguns pesquisadores negros ou não, que questionam tanto a sua posição de estrangeiro, quanto a de negro que pesquisa a realidade racial brasileira,

[...] porque se eu tivesse simplesmente ficado aqui, calado, estudando a África, sem me meter na questão nacional, não teria nenhum problema. Talvez muita gente não teria, não sei quantas pessoas não gostam de mim, mas eu entrei numa questão, como uma questão nacional, isso deve ter criado problemas, **tanto do ponto de vista da instituição** (grifos nossos) e de algumas pessoas negras que acham que eu estou ocupando um lugar que elas deveriam ocupar, estou falando do negro no lugar deles, com tanta propriedade, eu sou apenas um estrangeiro, como do ponto de vista de brancos, ‘mas ele é um estrangeiro que entrou aqui, o que ele tem que se meter nas questões nacionais, para falar do negro com tanta propriedade, com tanto engajamento?’

Assim, Kabengele Munanga volta e se estabelece no Brasil com a intenção de se aprofundar nas relações raciais brasileiras. Porém, a condição de especialista em África é que lhe abriu portas na USP efetivamente. Essa ambiguidade é muito importante para entender como o professor Kabengele está institucionalmente situado, bem como aponta para o fato de que sua escolha por pesquisar as desigualdades raciais no Brasil, não se fez sem conflitos, tornando sua trajetória dentro do departamento menos confortável e mais marginal. Por mais que tenha apresentado um projeto sobre o negro brasileiro no seu concurso de ingresso na USP, Kabengele Munanga era graduado, especialista e doutor em África. Sua contratação no Departamento de Antropologia da USP a princípio, deveria ter atendido à demanda do Departamento de um especialista em África, distante da realidade de desigualdades vivida pela população negra brasileira. No entanto, ser herdeiro da Escola Paulista de Sociologia, afastou Kabengele Munanga dos propósitos que justificavam seu concurso e sua contratação. Ao fazer esse desvio de rota Kabengele Munanga tornou-se assim, um herdeiro bastardo dentro do seu próprio Departamento.

Cabe ressaltar que o interesse do professor Kabengele Munanga pelas relações raciais no Brasil não eliminou suas preocupações de pesquisa sobre o continente africano, conforme atesta sua produção bibliográfica registrada em seu currículo *lattes*, que sintetiza sua preocupação de pesquisa da seguinte forma: “Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, identidade, identidade negra, África e Brasil.”.

Interessa destacar que embora Kabengele Munanga seja o único professor negro no seu departamento há mais de trinta anos, não é o único interessado em investigar a temática racial; considerando as dissertações e teses defendidas entre os anos 1970 a 1990 (Barcelos et al. 1991) registraram na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP (FFLCH<sup>9</sup>) (entre 1970-1990) vinte e três trabalhos na Antropologia, cinco nas Ciências Sociais, quarenta e um na História e oito na Sociologia. Nesse catálogo da produção intelectual sobre escravidão e relações raciais feitas no Brasil entre os anos 1970 a 1990 (Barcelos et al. 1991) arrolam uma produção nacional estimada em cerca de 2500 referências<sup>10</sup>.

Alguns fatores explicam o interesse de pesquisa pela temática neste período: o crescimento e consolidação da pós-graduação nas ciências humanas e sociais; a emergência de associações científicas, como a ANPOCS e seus grupos de trabalho sobre o tema e, por fim, a disponibilidade de dados oficiais do IBGE sobre cor/raça da população. Em termos políticos, é de fundamental importância o ressurgimento do Movimento Negro na década de 1970 e a partir da década de 1990, a configuração de novos padrões de reivindicações pautadas na adoção de medidas antidiscriminatórias e formulação de políticas de ação afirmativa (Hasenbalg 2005). Assim, Kabengele Munanga empreende uma ampliação de suas preocupações acadêmicas num momento em que a pesquisa sobre questão racial revigora-se concomitantemente ao fortalecimento do Movimento Negro no Brasil.

Desse modo, para melhor compreensão da trajetória intelectual do professor Kabengele Munanga na USP e o modo como ela se localiza na história da discussão racial na USP, é pertinente retomar aqui a distinção entre “negro-tema” e “negro-vida” proposta por Guerreiro Ramos. Em entrevistas<sup>11</sup> que Kabengele Munanga concedeu, ele, aliado às reivindicações de acadêmicos e militantes negros, recorrentemente apontou para o modo como o racismo à brasileira priva a população negra de acessar direitos básicos que ainda são entendidos como privilégios, tais como saúde, educação, trabalho e redistribuição de renda. Este artigo reconhece a importância do professor Kabengele Munanga como grande intelectual negro que se coloca na condição de porta-voz nesse debate, mas também ressalta alguns momentos em que Kabengele faz considerações referentes à sua trajetória acadêmica, no que diz respeito à emergência de conflitos. Mais especificamente, o lugar ambíguo e marginal que ocupou no Departamento de Antropologia da USP,

9 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), fundada em 1934 foi reestruturada com a Reforma do Ensino Superior de 1968 que aconteceu em todo o ensino universitário brasileiro. Dentre outras mudanças, houve a extinção do sistema de cátedras e a instituição de Departamentos. Nesse processo, a FFCL muda de nome, passando a ser a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH), pois deixou de abranger os cursos de os cursos de Física, Química, Matemática e Estatística, Biociências, Geociências, Psicologia e Educação, que passaram a ser Institutos e/ou Faculdades autônomas. Cf.: <<http://fflch.usp.br/historico>>

10 A frequência dos temas foi de 47% para escravidão e abolição, 18,4% para participação política, cultura e identidade, 16,7% para religião, 10,9% para relações raciais e desigualdades e 7% para bibliografia, fontes impressas e estudos gerais sobre o tema (Barcelos et. al. 1991: 19).

11 Cf.: Nosso racismo é um crime perfeito. - Entrevista com Kabengele Munanga. Fonte, na Revista Fórum, edição 89, de - agosto 2010, p. Publicada do site sítio da Fundação Perseu Abramo no dia 28/02/2013.'

seu descontentamento com a ABA e a ANPOCS. E mais recentemente a Carta Aberta que publicou referente ao seu processo de candidatura á bolsa do programa “Professor Visitante Nacional Sênior” da CAPES, que ele concorreu para atuar na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, mas que lhe foi negada, conforme se verá detalhadamente mais adiante nesse texto. Vale lembrar que instituições como a ABA, ANPOCS e CAPES são círculos que fazem intersecções com a USP, e desse modo, debates que Kabengele iniciou dentro do seu Departamento, também têm reverberações em outros espaços acadêmicos. Conforme definição própria do Kabengele, sua trajetória intelectual é um contínuo “valsar” que aponta para avanços e retrocessos no debate racial, de reconhecimentos e conflitos que sua figura suscita.

Este trabalho não está alheio ao fato de que Kabengele Munanga alcançou indiscutível reconhecimento acadêmico, principalmente fora da USP, atestado por sua premiada trajetória intelectual. Kabengele conquistou a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, Contribuição à Cultura Brasileira, da Presidência da República do Brasil (2002); a Comenda Zumbi dos Palmares, Grau Cavaleiro Mérito da Liberdade, do Governo do Estado de Alagoas (2004); Homenagem pelo conjunto da obra conferido pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012); o Prêmio Benedito Galvão da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo (2012) e a Homenagem da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros pela dedicação e contribuição à promoção da igualdade e valorização das populações afro-brasileiras (2012). (Jaime e Lima 2013: 509). Dentre outros termômetros que sinalizam o quanto ele é reconhecido estão ainda a sua participação, na condição de notório saber em 2003, quando a SEPPIR foi criada, Kabengele Munanga integrou o Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade racial e, em 2010, também na categoria de notório saber, participou dos debates sobre a constitucionalidade das cotas e na promulgação do Estatuto da Igualdade Racial.

Na USP Kabengele Munanga além de ter chegado ao topo da carreira docente ao tornar-se Professor Titular, foi vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea, (MAC), diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e do Centro de Estudos Africanos (CEA). Além disso, recebeu também algumas honrarias: a Homenagem como Decano em Estudos Antropológicos e Processos de Produção de Diferenças, etnicidade, raça, sexualidade, gênero e idade, do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP (2008); a Homenagem da Associação dos Docentes da USP pela contribuição à superação das desigualdades raciais no Brasil e pela trajetória acadêmica (2012). E ainda foi convidado em 2012 pelos colegas de Departamento para ministrar a aula inaugural do curso de Ciências Sociais e para o incipiente debate sobre cotas na pós-graduação no Departamento de Antropologia (Jaime e Lima 2013: 509 e 549-550). Interessante observar que quando recebeu da Presidência da República, no governo de Fernando Henrique Cardoso a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, em 2002, Kabengele diz que não houve nenhuma repercussão dentro do seu Departamento, o mesmo se repetiu ao longo dos seus concursos de

livre docente e titular,

quando eu recebi o título de comendador da república, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como reconhecimento de mérito cívico ao meu trabalho sobre a cultura do negro no Brasil, sobre a cultura brasileira, eu recebi parabéns de todos os lugares, da própria reitoria, da congregação, menos dos meus colegas do departamento. Foi um silêncio, parece que nada aconteceu. Isso saiu nos jornais, na Folha, mas você não encontra alguém para parabenizar, ignora completamente. Até alguns dos meus concursos, quando eu fiz, você não via pessoa te cumprimentar. [...] Quando eu fiz meu concurso de livre docente, um ou dois me cumprimentaram, no mais, fui ignorado. Quando fiz meu concurso de professor titular, ignorado completamente, como se nada tivesse acontecido. São manifestações de inveja, não há como você transformar isso numa manifestação preconceituosa, mas essas coisas são difíceis de avaliar. Então é difícil você receber aplausos e dizer que o santo de casa não faz milagre, faz milagre fora. Então é mais ou menos isso a minha situação. Mas isso não me incomoda porque tenho consciência disso. Isso me incomodaria se tudo o que escrevi não tivesse servido para o processo de conscientização da população negra.

É importante pontuar que, para o concurso de Livre Docente na USP, a exigência é a defesa de uma tese. Sendo assim, esse é um processo que depende fundamentalmente do mérito individual. A princípio, é um concurso que pode ser disputado por qualquer Professor Doutor da universidade, sem restrições de vagas. A defesa da tese de livre docência para um Professor Doutor da USP assegura a ascensão para o nível de Professor Associado. Por sua vez, o concurso para Professor Titular, que é o topo da carreira acadêmica da USP, depende não apenas da livre docência, mas decorre diretamente de configurações políticas internas a cada departamento, uma vez que o número de vagas é limitado, restringindo assim, o número de candidaturas. O concurso de livre-docência de Kabengele Munanga, defendido em 1997, com a tese intitulada *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional Versus Identidade Negra* é um marco na trajetória de Kabengele no departamento de Antropologia da USP, pois explicita sua preocupação com a questão racial brasileira. Porém, apesar de uma história de ambiguidades e divergências com seu departamento, em 2001 o professor Kabengele Munanga avança na carreira acadêmica, passando pelo concurso de titular, integrando assim, a elite docente da USP, embora sem o reconhecimento dos seus colegas de departamento.

Com uma produção bibliográfica que possui ampla circulação em outros espaços de discussão, que não apenas os fóruns acadêmicos e reconhecendo-se como intelectual e não como militante Kabengele Munanga tem plena consciência do quanto a sua obra dialoga com vários outros setores da sociedade, como o movimento negro, professores/as da educação básica, instâncias do governo, etc.,

eu não tenho atuação política, porque não sou político, eu sou intelectual. Minha atuação é o que... Eu percorri esse Brasil, todos os lugares. [...] Então eu tinha um trabalho de penetração para a comunidade, muito grande. Eu diria na realidade, que atuei tanto na academia, quanto no movimento negro. Eu costumo dizer que o meu trabalho foi como uma dança de valsa, um para frente, a comunidade, outro atrás na academia. Isso que fez de mim um intelectual diferenciado. As pessoas que me leem acham que eu escrevo coisas diferentes, que sou acessível aos outros, porque quando escrevo sobre a questão do negro, a primeira coisa é, escrevo para eu atender as pessoas da minha comunidade, à qual eu pertencço historicamente, apesar de ter nascido na África. Se eu não entendi o que escrevo, então os outros não vão entender. Então essa é uma maneira de atuar. Quando nasceu a Lei 10.639, uma das pessoas que viajou em vários estados a convite da SECAD, da Educação para fazer a conferência de abertura sobre a Lei 10.639, fui eu.

Apesar das críticas e certos descontentamentos com a universidade, a USP aparece como fundamental na construção da sua carreira de intelectual engajado, pois abriu-lhe portas importantes conforme admite: “Então é isso, a USP foi significativa na minha trajetória, nos meus processos de conscientização, no meu engajamento, no meu trabalho intelectual engajado”. A produção bibliográfica do professor Kabengele, nesse movimento de “valsar” com a sociedade e a academia, tornou-se fundamental na construção de opiniões na sociedade brasileira e na formação de importantes intelectuais e acadêmicos. Dentro da USP, o professor Kabengele tem tentado dialogar com importantes intelectuais negros ou não que também são interessados nos debates acadêmicos e políticos sobre as questões raciais brasileiras, na esteira da pesquisa no campo das relações raciais, desde a sua chegada ao doutorado na década de 1970.

Foi assim com o seu orientador João Baptista Borges Pereira, Carlos Serrano, Fernando Mourão, Renato Queiroz e outros. Considerando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH), em 1982 viu chegar à USP no curso de Geografia o professor Milton Santos, intelectual negro, “um grande intelectual, talvez um dos maiores intelectuais que o Brasil produziu”, nas palavras do professor Kabengele Munanga em entrevista para essa pesquisa. A obra do professor Milton Santos é muito extensa e ele deixou suas contribuições também no debate racial. Em 1988, Munanga viu chegar à universidade outro intelectual negro, Wilson do Nascimento Barbosa, no departamento de História, economista de formação, que tem atuado nas áreas de história econômica, economia, cultura do negro brasileiro, cultura negra no Brasil. Interessante observar que esse trio de professores negros conseguiu chegar ao topo da carreira docente, que é o nível de Professor Titular. Em 1992 viu chegar à Faculdade de Direito da USP a professora Eunice Prudente, primeira mulher negra superintendente no Instituto da Previdência Municipal e a primeira secretária de Justiça do Estado de São Paulo. Na Sociologia, em 2004, viu a chegada da professora Márcia Regina de Lima Silva, intelectual negra e referência em pesquisas sobre mercado de trabalho, trajetórias ocupacionais, desigualdades raciais e de

gênero e políticas de ação afirmativa no ensino superior.

Ainda em 1988, no seu departamento, o professor Kabengele assiste à chegada de intelectuais brancos, pesquisadores da questão, como a professora Lilia Katri Moritz Schwarcz, pesquisadora consagrada no campo de pesquisas sobre relações raciais. No Departamento de Sociologia viu a chegada em 1994 do professor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, que de certa maneira dá continuidade à tradição de pesquisa sobre relações raciais na Sociologia da USP ao propor uma análise crítica da Escola Paulista de Sociologia, que reconhece o legado e traz importantes avanços teóricos. Ainda na Antropologia o professor Kabengele tem acompanhado o ingresso de gerações mais recentes de outros pesquisadores da temática racial, como Vagner Gonçalves, Laura Moutinho, etc.

Em suma, Kabengele Munanga é o primeiro intelectual negro que pesquisa sobre a temática no departamento de Antropologia da USP e entra para o panteão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo como um nome fundamental para o debate racial. Após trinta anos como único docente negro do departamento, sua aposentadoria em 2012 fez emergir ainda outros dilemas institucionais: qual a possibilidade de entrada de outro(a) docente negro(a) na Antropologia da USP? Esse questionamento tornou-se mais aguçado quando foram abertas as inscrições no primeiro semestre de 2013, do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor na área de Antropologia das Populações Africanas e Afro-brasileiras e Teoria Antropológica. O desfecho do processo seletivo revelou que o professor Kabengele Munanga foi o primeiro e até agora único docente negro do departamento, sem que fossem abertas trilhas para algum intelectual negro/a na sucessão. A trajetória acadêmica do professor Kabengele Munanga dentro do Departamento de Antropologia da USP é marcada por conflitos: se por um lado enfrentou resistências e falta de reconhecimento de alguns de seus pares, por outro lado construiu também uma trajetória de êxitos e amplo reconhecimento, porém sem conseguir deixar herdeiros<sup>12</sup>. O que o situa entre algumas margens: a do reconhecimento acadêmico e a da solidão de ser o único professor negro num renomado Departamento há mais de trinta anos, mas sem perspectivas de ver outro(a) negro(a) como colega num futuro próximo.

Sendo assim, na condição de antropólogo e pesquisador negro da maior universidade do país, é possível perceber na trajetória acadêmica de Kabengele Munanga momentos em que prevalece a condição de “negro-vida”, independente do quanto ele tenha problematizado a noção de “negro-tema”. Em entrevista a esse trabalho o professor

12 Em conversa sobre esse texto com Valéria Alves, mestranda do programa de pós-graduação em Antropologia da USP (PPGAS-USP), aluna negra e militante no processo que instituiu cotas para a entrada de alunos/as negros/as no PPGAS-USP a partir de 2014, ela me informou que o candidato que foi aprovado em primeiro lugar nesse concurso, Lorenzo Gustavo Macagno, não assumiu a vaga. Dentre os candidatos aprovados, mas que não foram eleitos para a vaga, está o nome de Pedro Jaime de Coelho Júnior, que foi orientando do professor Kabengele Munanga. Um novo concurso deverá ser aberto, mas ainda não há informações sobre quando deverá sair o edital.

Kabengele indica conflitos entre as pesquisas realizadas na Faculdade de Filosofia da USP sobre discursos e práticas antirracistas e a sua trajetória acadêmica,

parece que o Florestan Fernandes nunca existiu nessa universidade, parece que tudo o que se escreveu nessa universidade, pela Escola de Sociologia Paulista, foi uma mentira. No momento do vamos ver ... Então quando acontece uma coisa assim, você se pergunta como que estas pessoas te percebem na universidade. Eles podem tentar entender sua trajetória para saber até onde chegou, entender que seu caminho é diferente do caminho dele. Então eu acho que não posso acusar, mas tenho consciência de que o preconceito existe também na academia. Não posso fornecer provas, porque essas provas não são fáceis de fornecer. **Como não posso fazer falsas acusações, mas eu sei que existe o preconceito na academia também e quando você não tem provas, intuitivamente você sente em alguns ambientes, só que você não pode fornecer aquilo como prova.** (Grifo nosso).

A narrativa de Kabengele Munanga traz alguns desafios metodológicos inerentes às pesquisas sobre a temática racial. Considerando que a invisibilidade é um traço característico do ensino superior brasileiro no seu processo de dissimular hegemonias, desigualdades e ausências, estudar a presença das minorias na universidade é se comprometer com “o problema que não tem nome”<sup>13</sup> (Mayorga 2010: 151). A ambiguidade do *racismo à brasileira*, que é ao mesmo tempo negado e reconhecido impõe problemas metodológicos, pois não sabemos “*como* nomear problemas sobre os quais não há consenso público ou ainda *como* propor e realizar enfrentamentos a problemas que não são reconhecidos como problemas? (Mayorga 2010: 153).

Há momentos, porém, em que a sutileza sai de cena e alguns conflitos tornam-se mais evidentes. Como único professor negro no departamento de Antropologia da USP há mais de trinta anos, seu isolamento intelectual passa também por uma série de cerceamentos propugnados por muitos de seus pares do campo nacional das ciências sociais, conforme notícia o Jornal *Ìrohìn* (2006),

Kabengele passou dez anos sem participar das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Em 1996, sua proposta de mesa foi recusada pela organização da ABA. Em 2006, a mesa redonda da qual participaria como palestrante só foi aceita depois de um recurso enviado à organização da ABA, que inicialmente havia recusado a proposta.

Em entrevista a esse trabalho o professor Kabengele falou sobre seu

13 Mayorga (2010) toma de empréstimo a expressão “problema que não tem nome” da psicóloga social e feminista Betty Friedan (1963), nas suas análises sobre a persistência de desigualdades de gênero, apesar das importantes conquistas ao longo do século XX.

descontentamento com duas associações de pesquisa de grande prestígio no campo das ciências sociais brasileiras: ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Embora tenha sido coordenador do grupo de trabalho na ANPOCS “Temas e Problemas da População Negra” em 1987, viu sua relação com as duas associações desmoronarem ao longo dos anos,

eu participava da ABA, como participava da ANPOCS. Depois deixei de participar, porque você pede uma mesa redonda para discutir a questão do negro, eles te recusam, ou te aceitam para um grupo de trabalho, onde você vê um jovem que foi seu aluno, que faz parte de outra universidade, que está lá com uma mesa enorme, que não te deram. A primeira vez que veio questão de política de Ação Afirmativa, eu pedi uma mesa, não sei se foi na ABA ou foi na ANPOCS, me recusaram. Desde então eu deixei de participar. Não participo nem da ANPOCS, nem da ABA, porque eles oferecem pequeno espaço para você, espaço que nada tem a ver o que você é. Então eu não me contento, então quando eu vejo isso, eu caio fora, eu não me submeto, eu não quero ocupar posição subalterna, não quero ficar na sombra de um ou outro pesquisador, isso não quero. Isso é talvez um dos grandes problemas que eu tenho, porque muitos gostariam que eu ficasse como alguns negros, com apadrinhamento, atrás de um grande professor branco. Como sou independente, isso acaba me criando um pouquinho de dificuldade com essas associações. Então há muitos anos que não participo. Na ABA eu já fui, na ANPOCS eu já fui coordenador de grupos de trabalho sobre o negro, abandonei a ABA, abandonei a ... Não vou porque são panelinhas para prestígio... Os outros pesquisadores vão... Então eu caí fora por causa disso.

A queixa de Kabengele Munanga a respeito dessas associações é um momento singular em que o professor torna pública algumas dificuldades que enfrenta no seu ofício acadêmico cotidiano. Sua condição de primeiro negro na Antropologia da USP é amplamente destacada em vários fóruns e assim, parece pertinente perguntar: quando a principal associação dessa disciplina no Brasil reconheceu ou reconhecerá esse fato? Em 2006, por ocasião dos cinquenta anos da ABA, foi publicado um livro intitulado *Homenagens*<sup>14</sup>. O nome de Kabengele Munanga é considerado apenas na seção que rememora a instituição da pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pois entre os anos de 1979 e 1980, Kabengele Munanga atuou nessa instituição na condição de professor e orientador. O livro também rememora a história da Antropologia na USP e não há nenhuma nota que considere a presença de Kabengele como primeiro e único professor negro do Departamento, embora o documento não tenha se esquecido de destacar a importância das primeiras professoras, “as grandes damas” a se aventurar nessa seara. Obviamente não se trata de sacrificar a discussão de gênero na história do

14 *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos / organizadoras Cornelia Eckert, Emilia Pietrafesa de Godoi. – Blumenau: Nova Letra, 2006. 408 pp.*

fazer antropológico no Brasil, mas de atentar para a necessidade de considerar a importância do pertencimento racial dos grandes nomes que construíram essa disciplina no Brasil.

Após a sua aposentadoria compulsória, Kabengele Munanga tentou alçar novos voos na sua carreira intelectual. Aceitou o convite da professora Georgina Gonçalves dos Santos para atuar na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Para tanto, concorreu em 2013 a uma bolsa da CAPES, do programa “Professor Visitante Nacional Sênior” (PVNS). Esta é uma história escrita em alguns importantes capítulos: a candidatura do professor Kabengele Munanga, o parecer da CAPES, que não considerou o candidato Kabengele Munanga suficientemente apto à bolsa, a mobilização da comunidade acadêmica, sobretudo negra e o novo parecer da CAPES, agora reconsiderando a primeira decisão. Sendo assim, a proposta do programa de atividades que Kabengele Munanga apresentou teve parecer favorável, mas sem aprovação final,

pele parecer da Comissão Julgadora (Edital 28- 2013), nosso programa foi deferido e recomendado à bolsa com certo elogio, classificando-me na Categoria I dos pesquisadores do CNPQ. Foi, se entendi bem, na última instância que fomos preteridos, em comparação com os demais deferidos. Em outros termos, tenhamos a coragem de aceitá-lo, nosso programa [da UFRB] e meu CV foram considerados inferiores para sermos incluídos entre os 59 bolsistas aprovados. (Carta aberta do Professor Kabengele Munanga)<sup>15</sup>.

Esse resultado gerou discussões em círculos acadêmicos que produzem conhecimento no campo das relações raciais no Brasil. Houve a construção de debates, documentos, abaixo-assinados que foram amplamente divulgados em fóruns acadêmicos e redes sociais. A UFRB entrou com um recurso contra a decisão da CAPES, o antropólogo José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília construiu um documento em apoio ao professor Kabengele Munanga, que teve muitos signatários. Alguns abaixo-assinados circularam pelas redes sociais, a Associação de Pesquisadores Negros do Brasil, a ABPN, também manifestou apoio ao professor Kabengele e o Departamento de Antropologia da USP por intermédio da professora e chefe do departamento, Ana Lucia Pastore enviaram carta aberta à CAPES exigindo retratação pública.

Durante esse processo, uma questão levantada pelo professor Kabengele em sua carta aberta, foi que ele não foi o primeiro e nem o único a ter o pedido indeferido. Sem desmerecer os demais candidatos, sua experiência de quarenta e três anos como docente e pesquisador foi comparativamente insuficiente, mas conforme ressaltou, é necessário questionar os critérios de comparação “Pois bem, é possível comparar propostas

15 Carta Aberta do Professor Kabengele Munanga. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/23302-racismo-as-altas-esferas-quem-tem-medo-de-um-negro-que-sabe-professor-kabengele-munanga-quebra-o-silencio-academico>>. Acesso em: 14/02/ fev. 2014.

diferentes sem antes estabelecer entre elas um denominador comum? Qual foi esse denominador? As regras do jogo de comparação não parecem claramente definidas”.

Outro ponto importante foi levantado pelo professor José Jorge de Carvalho, quando disse que o professor Kabengele Munanga foi o único ou um dos poucos negros nesse processo seletivo, mas “por coincidência, esse único negro foi o menos qualificado, por comparação. Estranha e triste coincidência!”. Diante dessa situação, cabe aqui ressaltar a necessidade de haver negros em instâncias acadêmicas decisórias. A atuação de intelectuais negros na educação brasileira deve ser uma realidade em todos os níveis, indo além dos programas nacionais de implantação da Lei n.º 10.639 ou das cotas raciais nas universidades federais. É necessário que haja negros/as participando de decisões dentro das principais agências de fomento à pesquisa, programas de ciência e tecnologia, reitorias, direções de departamentos, associações de docentes do ensino superior e tantos outros espaços de poder do ensino superior brasileiro. Mas apesar de a comunidade negra ser ainda pouco representada nas altas esferas da academia brasileira, depois de toda a mobilização e discussão que esse caso gerou, a CAPES voltou atrás e no segundo semestre de 2014 foi divulgada a decisão de reconhecer que a grande experiência e contribuição do professor Kabengele na construção de uma agenda anti-racista na sociedade brasileira o habilita à bolsa do PVNS. Conforme ressaltou o professor Kabengele, essa “é uma vitória coletiva<sup>16</sup>”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular as discussões sobre relações raciais e docência no ensino superior é interpelar algumas (in)visibilidades. A exclusão de negros/as na docência no ensino superior é indicativa dos modelos de interpretação das relações raciais no Brasil, pois embora a segregação racial no meio acadêmico nunca tenha sido imposta, na prática acaba sendo realidade, em um universo que pouco tem feito para analisar quais mecanismos ensejam a segregação e tampouco tem investido em ações de superação.

Esta é uma temática delicada, polêmica e desconfortável, pois ainda que não tenha a intenção, na opinião de Wolff (1983), todo o corpo docente do ensino superior participa em maior ou menor medida da construção da desigualdade social. Para Carvalho (2003) investigar raça e docência superior é perguntar à academia brasileira porque os negros não chegam a um por cento dos docentes nas universidades públicas de todo o Brasil. A possibilidade de resposta, manutenção ou de mudança desse quadro estão nas mãos dos professores, que têm a autonomia na gestão do sistema universitário.

16 Beneficiado fui eu, mas a vitória é coletiva, diz Kabengele Munanga [http://www.afropress.com/post.asp?id=17402#.U\\_Xxrd\\_f\\_ajc.facebook](http://www.afropress.com/post.asp?id=17402#.U_Xxrd_f_ajc.facebook): Acesso em 09/09/2014.

Assim, torna-se necessário também, conhecer as estratégias, recursos, discursos e práticas de que acadêmicos/as negros/as lançaram mão para tentar driblar as (im)possibilidades de acesso a um universo que tem sido cerceado à população negra: a docência da maior universidade do país. Este trabalho aventa a hipótese de que a entrada do professor Kabengele Munanga na docência da USP na década de 1980 é um importante marco na história de docentes negros nesta universidade, embora sua entrada seja decorrência da sua experiência de pesquisas sobre África, e não da sua condição de negro e africano.

Considerando a história do debate racial na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP desde a Escola Paulista de Sociologia, é possível situar o professor Kabengele Munanga numa rede de relações de orientações e parcerias acadêmicas, com destaque para a figura do seu orientador, João Baptista Borges Pereira, que herda uma tradição de pesquisas sobre relações raciais da Sociologia, porém efetuando-as na Antropologia. Assim, Kabengele Munanga é também herdeiro, ainda que indiretamente, de uma tradição de pesquisas inauguradas pela Escola de Sociologia Paulista, porém com a grande diferença de ser o primeiro pesquisador negro e africano na história da Faculdade que trouxe críticas e avanços ao debate. Embora sua trajetória acadêmica não tenha expandido a possibilidade de entrada de outros docentes negros/as, a presença do professor Kabengele Munanga no departamento de Antropologia foi uma porta que se mostrou aberta à entrada e formação de pós-graduandos negros na USP. A passagem de Kabengele pela Antropologia da USP, não se fez sem conflitos. O próprio Kabengele Munanga indica que sua trajetória no departamento poderia ter sido mais tranquila se tivesse escolhido pesquisar apenas sobre África e não se aventurar a falar de desigualdades raciais no Brasil, na condição de negro e africano. No entanto, apesar do isolamento muitas vezes experimentado ao longo da sua estadia no departamento, conseguiu fazer uma carreira amplamente reconhecida em outros espaços acadêmicos, junto à comunidade negra e poder público.

Por fim, este trabalho não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre a importância do intelectual, professor, negro e africano Kabengele Munanga, primeiro e até agora único no Departamento de Antropologia da USP. Embora amplamente reconhecido e autor de uma bibliografia já consagrada, existem poucos trabalhos que avaliam sua extensa contribuição teórica e analítica<sup>17</sup>. A trajetória e a obra de Kabengele Munanga merecem mais pesquisas que façam jus aos mais de quarenta anos de dedicação ao “negrotema”, enfrentando os desafios de ser “negro-vida”.

<sup>17</sup> Em consulta ao banco de dissertações e teses da USP, foi encontrada a tese de doutorado a respeito de Kabengele Munanga: Oliveira, Julvan Moreira de. *Africanidades e Educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga*, 2010. Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de São Paulo. Ano de obtenção: 2010. No banco de dados do Domínio Público, foi encontrada a dissertação de mestrado: Silva, Cristiano Pinto da. *Educação Brasileira e Identidade Negra em Kabengele Munanga*. Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará. Ano de obtenção: 2009.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNHA, Heládio C. G. Universidade de São Paulo. *Fundação e Reforma*. Estudos e Documentos. São Paulo, CRPE: 7-264, 1974.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia Acadêmica no Brasil, p. Florestan Fernandes e a Escola Paulista. In: Miceli, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1995: 107-232 (v. 2)
- \_\_\_\_\_. A Trajetória da Pesquisa na Sociologia na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22 : 315-324, 1994.
- BARCELOS, Luiz Cláudio; CUNHA, Olívia Maria Gomes da; ARAÚJO, Tereza. *Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990)*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-asiáticos, 1991.
- BASTIDE, Roger; Fernandes, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Editora Nacional, 1959.
- BATISTA, João. *João Batista: depoimento [2003]*. Entrevistador: Stélio Marras. 2003.
- CARVALHO, José Jorge. Ações Afirmativas para Negros na Pós-graduação, nas Bolsas de Pesquisa e nos Concursos para Professores Universitários como Resposta ao Racismo Acadêmico. In, p. GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; SILVÉRIO, Valter (orgs.) *Ações Afirmativas, p. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003: 161-192, 2003.
- DAMASCENO, Janaina. *Estudo de atitudes e preconceito racial na obra de Virgínia Leone Bicudo*. In: CONE: I Prêmio Construindo a Igualdade Racial. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, maio 2010.
- FERNANDES, Florestan; *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.
- FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 59, n. 2: 36-41, 2007.
- GRIN, Mônica. Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp 201-222, jul.- dez. 2002. (Revista de Pós-Graduação em História Social da UFRJ)
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009. (v. 1, 254 pp.)
- \_\_\_\_\_. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, 2003.

- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. 316 pp.
- \_\_\_\_\_. *Relações Raciais no Contexto Nacional e Internacional. Estudos e Pesquisas: racismo*, Niterói, Eduff, v. 4: 9-41, 1998.
- JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, v. 19, n. 1, 2007. (Revista de Sociologia da USP).
- LEITE, José Correia. & Cuti. *E disse o velho militante José Correia Leite* São Paulo: Secretaria de Cultura, 1992.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)*. Estud. Av., São Paulo, v. 8, n. 22, dez., 1994.
- MARTINS, Tatiana Gomes. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na construção de uma Ideia de Brasil Moderno. *Temáticas* (UNICAMP), v. 27/28: 157-185, 2006.
- MAYORGA, Claudia. *Universidade cindida; universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2010.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: Miceli, S. (Org.). *Histórias das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, (DF): CAPES, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. Da África ao Brasil (depoimento). Entrevistadores: Pedro Jaime; Ari Lima. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 56, n. 1, jun.: 507-551, 2013. ISSN 0034-7701. Disponível em, p. <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64518>>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- OLIVEIRA, Lippi Lúcia. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (v. 1, 193 pp.)
- PEREIRA, João Baptista Borges. Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol.24: 63-74, 1981.
- \_\_\_\_\_. Emilio Willens e Egon Shaden na História da Antropologia. *Revista Estudos Avançados*, n. 22, 1994.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: 1995.
- PEIRANO, Mariza. A Antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n. 2: 219-232, 2000.
- \_\_\_\_\_. Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In: Miceli, S. (Org.). *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, (DF): CAPES, 1999.

- PULICI, Carolina. *Entre Sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos Anos 1950-1960*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questão racial e etnicidade. In: Miceli, S. (Org.). *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília, (DF): CAPES, 1999.
- \_\_\_\_\_. Introdução. (Questão Racial Brasileira Vista por Três Professores). *Revista USP*, São Paulo, v. 68: 168-180, 2006.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)* / Tese de Doutorado. UNICAMP - - Campinas, SP: [s. n.], 2011.
- WOLFF, Robert Paul. *O ideal da universidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

# A BASTARD INHERITOR? CONSIDERATIONS ABOUT THE RACIAL DEBATE IN USP AND ITS INFLUENCE ON THE ACADEMIC PATH OF KABENGELE MUNANGA

## ABSTRACT

This paper considers some moments in the history of research on race relations at the Faculty of Philosophy, University of São Paulo since its founding in 1934, first in sociology, particularly in the so-called São Paulo School of Sociology and later, at Department of Anthropology. With these considerations, we intend to situate institutionally the path of Kabengele Munanga, whose entry into the Department of Anthropology at University of São Paulo (USP) is due to a complex line of succession, continuing the tradition of studies on race relations in the College of philosophy and Human Sciences of USP, initiated by Florestan Fernandes in Sociology. Thus, the aim of my study is to understand how these legacies delineate to academic Kabengele Munanga' career, first and only black as professor at USP in this department for more than thirty years. Bring the experience of Professor Kabengele Munanga at USP is relevant to think about the dilemmas in her history of conciliations and conflicts with the university, to be an intellectual black broadly recognized in the country, especially for segments that discuss race relations, in the sense of being an intellectual black broadly recognized in the country, especially for segments that discuss race relations, but on the sidelines in your department, in regard to the academic experience everyday.

## KEYWORDS

University of São Paulo, race relations, black teacher, Kabengele Munanga.

## SUBMETIDO EM

Setembro de 2013

## APROVADO EM

Fevereiro de 2014

## SOBRE A AUTORA

### VIVIANE ANGÉLICA SILVA

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e é doutoranda da Universidade de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de Sociologia da Educação. Possui experiência em pesquisas nas áreas de Sociologia da Educação, Psicologia Social/ Política e História Oral, com ênfase

nos seguintes temas: Teorias de relações raciais no Brasil, educação no ensino superior, estudos de gênero, processos de construção de identidades e reconhecimento, métodos biográficos e memória.  
Contato: [vivianeangelica@usp.br](mailto:vivianeangelica@usp.br).